

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRODUÇÃO DE SAÚDE NA EXPERIÊNCIA TRANSEXUAL: UMA ETNOGRAFIA ESQUIZOANALÍTICA

Universidade Potiguar – Laureate Universities

2015

Rodrigo de Menezes Gomes

Psicólogo e Bacharel em Psicologia pela Universidade Potiguar – UnP (Brasil)
Mestrando em Psicobiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Brasil)

E-mail de contato:

rodrigomenezes13@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa de campo que teve como objetivo investigar, de forma etnográfica, os processos de subjetivação e produção de saúde em pessoas transexuais do município de Natal/RN, além de sua inserção no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), à luz do referencial teórico da esquizoanálise de Deleuze e Guattari (1995). Através de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis sujeitos autodenominados travestis e/ou transexuais, foi possível analisar os processos de subjetivação em produção de saúde, problematizando os diversos atravessamentos institucionais na relação com os dispositivos família, educação, mercado de trabalho e grupos sociais, além de investigar os modos de inserção dos sujeitos transexuais no contexto do Sistema Único de Saúde. Com isso, a pesquisa permitiu efetuar um mapeamento da dinâmica dos processos de subjetivação e produção de saúde de travestis e transexuais, apontando para a ineficácia das diretrizes básicas do SUS no diz que respeito a esses sujeitos.

Palavras-chave: Processos de subjetivação; Produção de saúde; Transexual; Esquizoanálise; Etnografia.



INTRODUÇÃO

Transexual ou transgênero são termos historicamente utilizados por campos das práticas e ciências psi para definir sujeitos cuja identidade de gênero diverge do sexo biológico (masculino ou feminino) designado a partir de suas genitálias (BENTO, 2008). Isso significa que o sujeito transexual é aquele que, embora pertença biologicamente a um determinado sexo, identifica-se com o gênero oposto e comporta-se como tal, subvertendo as normas sociais de performatividade de gênero e as concepções de masculinidade e feminilidade atreladas à identidade corporal (BUTLER, 2008).

A partir dessa concepção, e para fins da pesquisa que originou este artigo, considera-se sob a designação geral transexual não apenas os sujeitos transexuais que desejam um realinhamento entre sua identidade de gênero e seus corpos através do processo cirúrgico de transgenitalização e do tratamento hormonal para redefinição dos caracteres sexuais secundários e readequação de sua estética corporal (BENTO, 2006), mas também aqueles sujeitos que não desejam necessariamente modificar seus órgãos genitais, permanecendo em um território de relativa ambiguidade, tais como as travestis (LEITE JÚNIOR, 2011).

Cabe salientar, entretanto, que perante o saber médico o sujeito transexual ainda é atualmente encarado como portador de uma desordem psíquica (BENTO & PELÚCIO, 2012), anteriormente incluída na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (APA, 1995) sob a categoria de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) e somente retirada em sua quinta edição (APA, 2013), quando passou a ser denominada Disforia de Gênero. Isso significa que os sujeitos transexuais ainda enfrentam uma série de dificuldades e burocracias para terem reconhecidas várias de suas demandas, tais como a legitimização do uso do nome social em documentos civis e o direito de submeterem-se ao processo de transexualização (incluindo cirurgia, hormônios e próteses) através do Sistema Único de Saúde (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009).

O foco indagatório da pesquisa surgiu a partir da problematização acerca dos modos de existência transexual e de como essa produção de subjetividade é afetada pelos processos de exclusão e invisibilidade aos quais estes sujeitos são submetidos em diversos espaços e instituições, tais como a escola (BENTO, 2011), a família (CARDIN & BENVENUTO, 2014) e o trabalho (SILVA, 2012). Além disso, questionou-se o efeito desse agenciamento dos processos de subjetivação sobre a saúde dos sujeitos transexuais, entendendo-se saúde, aqui, como uma

produção social segundo o conceito promulgado pelo Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 (BRASIL, 1986) e referendado pela Política Nacional de Promoção da Saúde em 2006 (BRASIL, 2006), que a define como “[...] resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde.” (BRASIL, 1986, p.4).

Ancorando-nos nessa concepção mais ampla de saúde, que segundo Ferreira Neto e Kind (2010, p. 53) “[...] claramente enfatiza a importância dos aspectos de ambiente (social) e organização de serviços em detrimento dos aspectos mais individuais da biologia e do estilo de vida [...]”, constatamos que muitos espaços e instituições, que em tese deveriam exercer a função de proporcionar condições básicas necessárias ao bem-estar e à promoção de saúde, para os sujeitos transexuais acabam tornando-se espaços de opressão e estigmatização que lhes tolhem, em grande parte e desde o início de suas vidas, o direito à cidadania e a oportunidade de crescimento pessoal, profissional e intelectual, infligindo-lhes não raramente um intenso sofrimento de caráter ético-político (SAWAIA, 1999).

Rotineiramente excluídos e marginalizados devido não apenas à sua identidade de gênero divergente dos preceitos heteronormativos socialmente impostos, mas também ao frequente baixo nível de escolaridade observado entre essa população, devido ao grande índice de evasão escolar — embora Bento (2011) contraponha-se a esse termo por invisibilizar os processos de exclusão subjacentes — os sujeitos transexuais veem-se na maioria das vezes restringidos a uma vida que oscilará entre a prostituição e o emprego informal/autônomo como alternativas para a obtenção de renda e subsistência.

Dessa forma, apesar da promulgação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009b), resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT (BRASIL, 2008) e da instituição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013), os(as) transexuais/travestis permanecem invisíveis aos olhos da sociedade de modo geral e, efetivamente, das políticas públicas de saúde e educação, vivenciando diariamente uma série de violações de direitos (ZAMBRANO, 2011) que os(as) inserem em um limbo simbólico de quase inexistência e inumanidade.

É importante, portanto, reconhecermos as pessoas transexuais como sujeitos de direito cuja produção de subjetividade deve ser compreendida para além e, preferencialmente, fora da patologização e de concepções biologicistas de gênero, que enquadram e homogeneízam a experiência transexual em uma simples categoria nosológica. É preciso compreender a

experiência transexual em sua multiplicidade, em seus processos molares e moleculares (GUATTARI & ROLNIK, 1986), e a forma pela qual os(as) transexuais e travestis vivenciam os processos de produção de saúde, produzindo suas próprias estratégias como forma de resistência ou sendo excluídos(as) dos mesmos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades e procedimentos realizados constituíram uma pesquisa de campo presencial (ruas e instituições) e virtual (rede social Facebook e e-mail), de caráter qualitativo, tendo sido utilizada uma entrevista semiestruturada baseada em um roteiro de perguntas abertas como ferramenta inicial de abordagem dos sujeitos durante o processo etnográfico de mapeamento dos processos de subjetivação em saúde e modos de vida das pessoas transexuais. As entrevistas foram realizadas com seis sujeitos residentes em Natal/RN, de diversas faixas etárias e condições socioeconômicas, em locais previamente acordados com os mesmos e sob a condição de assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE após o projeto da pesquisa ter sido apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Potiguar (CEP/UnP).

A estratégia metodológica utilizada foi a de incursão e composição etnográfica dos espaços e dos eventos e encontros realizados pelos grupos e movimentos sociais de militância LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da cidade. Durante o período entre os meses de agosto e setembro de 2015 foram realizadas seis entrevistas com sujeitos autodenominados travestis e/ou transexuais, sendo quatro travestis/transexuais femininas (mulheres transexuais) e dois transexuais masculinos (homens transexuais).

No total, foram realizadas cinco entrevistas presenciais e uma entrevista à distância (online), tendo os contatos iniciais sido realizados ou por meio de rede social (Facebook) ou no contexto da I Semana de Debates da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, evento realizado no campus Cidade Alta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) durante os dias 27, 28 e 29 de julho de 2015 e organizado por duas das principais ONGs de travestis e transexuais do estado norte-riograndense: a Atransparência e o IBRAT (núcleo estadual do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade).

As narrativas coletadas presencialmente foram registradas em áudio, com prévia autorização dos sujeitos entrevistados, para posterior transcrição e análise à luz do referencial

teórico da esquizoanálise de Deleuze e Guattari (1995) no que tange aos processos de subjetivação em seus níveis molares e moleculares de constituição macro e micropolítica do desejo, tomando-se o cuidado de resguardar as identidades dos(as) entrevistados(as) através da substituição de seus nomes verdadeiros por nomes fictícios.

O decorrente mapeamento dos modos de vida transexual, no que tange à produção de subjetividade, teve como objetivo analisar os processos de subjetivação em produção de saúde, problematizando os diversos atravessamentos institucionais na relação com os dispositivos família, educação, mercado de trabalho e grupos sociais, além de investigar os modos de inserção dos sujeitos transexuais no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A EXPERIÊNCIA TRANSEXUAL

Devido à sua complexidade, os processos de constituição das subjetividades são multidimensionais e multideterminados, exigindo a compreensão e análise dos campos de forças compostos pelos diversos fluxos e linhas de desejos, afetos e representações que são forjados na inserção e inter-relação do indivíduo com o meio social em que se encontra inserido. Nesse sentido, faz-se necessário enxergar a subjetividade não como um recipiente hermético concebido e formado no interior da psique dos sujeitos e diretamente preenchido pelo meio social, mas sim como uma rede que não é centralizada nem no interior do sujeito nem fora dele, e que se encontra num constante processo de retroalimentação com o meio social (GUATTARI & ROLNIK, 1986).

Segundo Guattari e Rolnik (1986), os processos de subjetivação, nessa perspectiva, não são apenas intrapsíquicos, mas estão para além da psique (infrapsíquicos) e também para além da própria noção de indivíduo (infrapessoais). Os autores apontam que

a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egoicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 39).

Ainda dentro desse entendimento do processo de produção das subjetividades, Deleuze e Guattari (1996) apontam para os conceitos de linhas de segmentaridade dura, maleável e de fuga como determinantes para a compreensão da multiplicidade dos processos de subjetivação, sendo essas linhas as ferramentas de análise cartográfica dos processos de subjetivação.

De acordo com os autores, as linhas de segmentaridade dura são aquelas características dos movimentos molares, que cindem a sociedade em grandes estratos e segmentos bem delimitados; são elas que determinam as dualidades pobre–rico, louco–são, patrão–empregado, dentre inúmeras outras. As linhas duras, portanto, são aquelas próprias dos processos de normatização e dos jogos de saber e poder nas práticas sociais, conforme os proponentes da esquizoanálise assinalam a partir do que evidenciou Foucault (1979).

As linhas de segmentaridade maleável, por sua vez, são aquelas que promovem uma quebra relativa da rigidez estabelecida pelas linhas duras, promovendo processos de desestratificação. São essas as linhas características dos movimentos moleculares, nos quais os processos de constituição da subjetividade tomam vias que fogem às estabelecidas pelas linhas duras.

As linhas de fuga, por fim, são caracterizadas pela total ruptura e dissolução dos segmentos constituídos pelas linhas duras. Nelas, a desestratificação atinge seu grau máximo e o desejo flui livremente, desestabilizando as identidades.

É importante lembrar, entretanto, que o processo de constituição das subjetividades, pela sua própria natureza múltipla, é atravessado por todos os três tipos de linha de segmentaridade, que se combinam em diversos e inúmeros arranjos. Diante dessa dinâmica dos processos de subjetivação, propomo-nos aqui a analisar a relação das subjetividades e da experiência transexual com duas das três linhas de segmentaridade definidas por Deleuze e Guattari (1996): as linhas duras e as maleáveis.

O agenciamento dos processos de subjetivação em relação às linhas duras dá-se através de vários dispositivos, dentre os quais podemos destacar a segmentação de gênero existente na sociedade, que segrega os indivíduos desde o nascimento, ou ainda mesmo no interior do útero materno, em dois grandes grupos impermeáveis entre si: homens e mulheres. Tal divisão binária ocorre através da associação entre o sexo biológico expresso pela genitália (pênis ou vagina) e os gêneros socialmente correspondentes (masculino e feminino), isto é, ao indivíduo que nasce com um pênis, por exemplo, é atribuída uma série de representações, sentidos e valores que codificarão sua subjetividade enquanto sujeito-homem, dentro do que é socialmente considerado e arbitrado como masculino. Logo, a condição anatômica dos indivíduos será determinante no processo de constituição de suas subjetividades, dentro de uma lógica molar em que sexo (macho *versus* fêmea) e gênero (masculino *versus* feminino) estão indissociavelmente ligados, dando inteligibilidade aos corpos e definindo identidades, expectativas e papéis sociais. Nesse sentido,

Butler (2008) chega inclusive a argumentar que as pessoas tornam-se inteligíveis a partir do momento em que se tornam gendradas.

Já o agenciamento dos processos de subjetivação em relação às linhas maleáveis, que coexistem junto às linhas de segmentaridade dura, dá-se, por exemplo, através da desestabilização que travestis e transexuais promovem nos segmentos de gênero estabelecidos na sociedade por meio das linhas duras, subvertendo as codificações sociais que tornam os corpos inteligíveis. Nesse sentido, ao dissociarem da anatomia a essência dos gêneros masculino e feminino, as subjetividades transexuais põem em xeque o que é ser homem ou ser mulher, e todo o conjunto de sentidos imbricados, e deslocam a categoria gênero de uma instância puramente biológica e inata para uma instância social e construcional.

Nesse panorama, procuro problematizar, neste trabalho, que as subjetividades transexuais, embora sejam desviantes em relação aos processos molares, não são anormais ou patológicas conforme o que tem sido historicamente difundido em determinados discursos e campos do saber, em especial os saberes/poderes médico, psiquiátrico e psicanalítico. Estando o processo de constituição das subjetividades relacionado à combinação de diversas linhas e fluxos de desejos, afetos e representações que compõem o campo social de forças, que não é rígido e imutável, mas dinâmico e produtor de diversas morfologias subjetivas, as singularidades das subjetividades transexuais não podem ser totalmente abarcadas pelo seu enquadramento em sintomatologias, triangulações edipianas ou modelos de estruturas egoicas que reduzem a transexualidade a um transtorno ou à psicose.

MAPEANDO OS ATRAVESSAMENTOS E AGENCIAMENTOS DAS SUBJETIVIDADES TRANSEXUAIS

Os depoimentos apresentados a seguir são frutos dos contatos que compartilhei com as pessoas entrevistadas tanto nos seus espaços de convivência cotidiana quanto nos espaços de mobilização política e social. Os recortes de suas falas ilustram suas vivências e afetações e ajudam a mapear os agenciamentos das subjetividades transexuais e seus atravessamentos por instituições e dispositivos como escola, saúde, trabalho, família e sociedade.

É importante ressaltar que as falas reproduzidas aqui ultrapassam os discursos individuais dos sujeitos que os enunciam, deixando transparecer os agenciamentos de subjetivação que os produzem. Na análise dos agenciamentos desses processos de subjetivação que atravessam a

produção de subjetividades transexual, foi possível observar o paradoxo da experiência transexual: a coexistência da macro e da micropolítica do desejo; ora os modos de subjetivação em gênero operam na linha dura, na identificação absoluta com uma identidade de gênero inteligível; ora expressa seu duplo, operando numa linha maleável; e, às vezes, ensaiam uma linha de fuga na perspectiva ético-estético-política de romper com a anormalidade e a patologização de gênero.

Carolina: “a confiante”¹

A primeira entrevistada, Carolina, tem 18 anos e atualmente cursa o terceiro ano do ensino médio em uma escola situada em um bairro da Zona Sul. Nosso encontro ocorreu na praça de alimentação de um movimentado *shopping* localizado em uma das avenidas centrais da capital e, durante a entrevista, ela conversou a respeito de sua experiência enquanto mulher transexual e dos desdobramentos de sua identidade de gênero, vivenciando processos de exclusão em diversos âmbitos da sociedade.

Carolina relatou, em um primeiro momento, sobre sua identificação como mulher, que não se encontra necessariamente atrelada à identidade transexual e encontra legitimidade, acima de tudo, na imagem que possui de si mesma:

Me vejo como uma mulher normal, uma pessoa normal, porque a sociedade acabou criando essa coisa de rotular. Todos nós somos seres humanos, né? Como somos obrigados a nos encaixar em “quadrinhos”, eu me defino como mulher e não falo “Ai, eu sou uma mulher transexual!” Sou uma mulher como qualquer outra. É assim como me vejo. (Carolina, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Pode-se identificar aqui, no discurso de Carolina, a presença de uma compulsoriedade social de enquadramento em uma categoria de gênero delimitada pelas linhas de segmentaridade dura definidas por Deleuze e Guattari (1996), discutidas na seção anterior, que visam categorizar as manifestações das subjetividades em pólos duais e complementares.

Carolina relatou, também, sobre sua transformação corporal através da utilização de hormônios sintéticos e sobre a angústia que vivenciou em relação à busca do apoio afetivo e financeiro de sua família para a compra dos medicamentos, vislumbrando a prostituição como alternativa:

Passei cinco meses tomando hormônio e ninguém percebeu nada, então acabou (*sic*) os meus hormônios e eu estava sem dinheiro. Daí surgiram duas opções: ou eu contava pra minha família e recebia apoio ou eu ia pra prostituição. A sociedade tem a visão de que toda travesti/transsexual faz programa e muitas amigas minhas também. Elas diziam: “[...] ou você vai fazer programa ou fica sem tomar.” É a única saída que elas viam porque realmente muitas famílias não aceitam por causa do preconceito. Botam para fora de casa e por mais que minha família me ame, ela tem medo do preconceito da sociedade. (Carolina, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Carolina utiliza os dispositivos família e prostituição como alternativas para suprir a necessidade de seu processo de transformação corporal e, nessa produção, consegue apresentar em seu processo molecular de subjetivação características molares que os sujeitos transexuais femininos frequentemente vivenciam. Os dispositivos gênero (relativo ao saber médico) e família, considerados como fatores contribuintes para o bem-estar dos corpos transexuais, não impedem o estigma da prostituição utilizada como alternativa ou “escapatória” (uma saída negativamente valorada comumente evidenciada nos processos de subjetivação em gênero e produção de subjetividades transexuais). Dessa forma, a prostituição como trabalho não regulamentado pode ser uma maneira de suprir as necessidades quando o preconceito social impede travestis/transsexuais de conseguirem um trabalho formal.

Além disso, Carolina relatou a respeito da transfobia² sofrida por ela no contexto da escola, na qual muitas vezes foi impedida, pelos próprios professores da instituição, de utilizar o banheiro feminino, correspondente ao seu gênero psicossocial:

[...] sofri discriminação por parte da escola que não aceitava eu usar o banheiro feminino. Uma vez entrei no banheiro feminino e a coordenadora chegou pra mim e disse: “Falei pro diretor da escola e ele falou que você não pode entrar no banheiro das meninas porque você é um menino.” Eu estava saindo da escola, era final de ano, e falei com ela: “Olha, só não processo a escola porque estou saindo daqui, porque senão processaria, porque isso dá processo.” (Carolina, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Tal fato aponta para o contexto escolar como produtor de sofrimento psíquico e adoecimento em travestis e transexuais, que muitas vezes acabam evadindo-se³ das instituições escolares devido às situações de opressão e invisibilidade enfrentadas cotidianamente. Carolina precisou sair da escola e procurar uma que a tratasse como *uma pessoa normal*, que a respeitasse pelo nome social e a identificasse pelo seu gênero autopercebido.

Por fim, em um último momento, Carolina falou sobre suas perspectivas para o futuro, calcadas na frustração devida à dura realidade social enfrentada pela população transexual no

Brasil, que é um dos países líderes em números de transfeminicídio⁴ no mundo⁵, e em desejos comuns a qualquer jovem de sua idade, como família, formação acadêmica e empregabilidade:

Meu projeto de vida não está focado no Brasil, mesmo que minha família esteja toda aqui, porque, se eu parar pra pensar, aqui eu não vou ter vida. Quando eu estava em transição, meu cabelo tava curto e estava aquela coisa meio andrógina... Eu comecei a distribuir currículo e as pessoas olhavam pra mim e para a foto do currículo, e por isso eu não consegui emprego. Não quero me limitar a um salário mínimo. Eu quero crescer, quero minha independência, quero viajar, quero ter uma família, ter filhos. (Carolina, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Athenas: “a sábia”

A segunda entrevistada, Athenas, tem 24 anos e recebeu-nos na sala do Tirésias, o Núcleo Interdisciplinar de Gênero, Diversidade sexual e Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde é bolsista e trabalha com demandas relacionadas aos direitos de minorias sociais. Como atualmente é aluna de graduação da instituição, onde também é a primeira residente travesti, ela contou sobre como conseguiu lutar judicialmente não apenas pelo direito do uso do nome social em seus documentos civil e estudantil, mas também pela retificação do gênero sem a necessidade de submeter-se ao processo de transgenitalização. Além disso, Athenas relatou sobre como, em seu caso em particular, sente-se privilegiada por nunca ter precisado recorrer à prostituição para obtenção de renda, ao contrário de muitas mulheres transexuais⁶:

A maioria das meninas geralmente elas se prostituem, né? As meninas transexuais elas (*sic*) se usam da prostituição sim porque não têm como, não têm meios de conseguir um trabalho formal, e aí elas se prostituem. No meu caso eu nunca me prostituí, eu nunca precisei. Eu sempre tive trabalhos formais. (Athenas, 24 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

A análise dos processos de subjetivação em saúde que se configuram na produção dos modos de vida de Athenas evidenciou também a transfobia institucional presente nos serviços de saúde, experimentada através da frequente desumanização do tratamento dispensado a travestis e transexuais assim que adentram o serviço, manifestada, por exemplo, através do desrespeito ao uso do nome social pelos funcionários ou pelos próprios trabalhadores da saúde. Athenas relatou um exemplo de tal desumanização em uma ocasião na qual precisou utilizar o serviço de saúde em um hospital vinculado à própria universidade:

Eu cheguei lá e o cara tava me tratando super bem, [...] até que ele pediu minha identidade. Quando ele viu, ele fez (*sic*): “Vixe, *isso* é um homem!” Bem alto. Todo mundo que tava do lado ficou olhando pra minha cara. Aí eu [disse]: “Como é que é?”. Fiquei constrangida. Aí eu falei pra ele: “Da próxima vez que você fizer isso, eu vou registrar aqui na ouvidoria e você vai direto comigo pra delegacia pra fazer um BO, porque isso que você tá fazendo é crime! Você tá me constrangendo em público! Você tá me expondo e você tá me causando danos morais e psicológicos! Isso é crime! Isso é conduta vexatória!” Aí ele [disse]: “Aí, me desculpa!” E eu falei: “Você não tem o direito de fazer isso! Esse documento é meu! Eu exponho se eu quiser!” (Athenas, 24 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Quanto aos seus sonhos e projetos, Athenas contou a respeito de sua aspiração por instituições sociais como casamento, maternidade e família, do seu desejo de dar continuidade à sua formação acadêmica através do ingresso em um programa de pós-graduação e, por fim, da vontade de um mundo melhor onde os sujeitos transexuais possam ter sua diferença e sua humanidade respeitadas:

Eu sonho em ter minha própria casa, em ter a minha autonomia. Eu sonho em ser mãe. Mãe de dois filhos, porque eu sempre quis ser mãe. [...] Me casar com meu namorado... [...] Sonho em fazer mestrado, doutorado... [...] Sonho por um mundo mais igual, mais humano, onde a diferença seja contemplada, sabe? [...] Onde o diferente seja contemplado, porque é a diferença que agrega, que encanta, que transforma. A diferença é que faz com que as coisas fiquem melhores. Sempre a diferença agrega algo, eu acho. Então eu sonho por um mundo que contemple as diferenças, onde a gente possa ser vista como ser humano, né? Porque nós ainda não somos. (Athenas, 24 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Athenas expõe, no trecho acima, seus desejos e representações do que seria *ser mulher* (que inclui, também, o *ser mãe* e o *ser esposa*), calcados na identificação de gênero enquanto dispositivo do processo de subjetivação do modo de existência transexual. Dessa forma, em seu processo molecular de subjetivação, ela produz também desejos próprios dos processos molares que comumente atravessam as mulheres cisgêneras⁷, produzindo ao final de sua fala uma linha de fuga caracterizada como *um mundo melhor*.

Jhe: “a fantástica”

Jhe tem 20 anos, é dona de casa e trabalha com o marido em um *shopping* popular no centro da cidade. Ela mudou-se de Fortaleza para Natal em 2014 e reside na cidade há menos de um ano. A conversa com Jhe aconteceu no contexto da Pré-Conferência de Políticas para as Mulheres realizada na Zona Leste, onde participou como uma das representantes das mulheres

transexuais e do movimento LGBTTT, e na qual foi eleita para participar da Conferência Municipal como uma das primeiras delegadas transexuais do estado do Rio Grande do Norte.

Assim como na análise feita até aqui acerca do agenciamento dos processos de subjetivação em gênero feminino e compulsoriedade social de enquadramento numa categoria, Jhe também reafirmou sua identidade enquanto mulher e falou a respeito de situações nas quais se sentiu constrangida, em sua cidade de origem, por ter tido sua identidade de gênero desrespeitada em público:

[...] na minha cidade é “*ele* não sei o quê...*ele* não sei o quê lá (*sic*)!” É constrangedor. [...] Às vezes falam “*ele*” e outros dizem: “*Ele* não! É *ela*!”. Mas muitos dizem: “É *ele*! Se está o nome aqui (*sic*), então vai ser *ele*! Se o nome na identidade está *ele* (*sic*), então vai ser *ele*!”. (Jhe, 20 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

No agenciamento desses processos de subjetivação em gênero e produção de subjetividades transexuais, podemos perceber a imposição de um discurso opressor no qual as pessoas não-transexuais (cisgêneras) utilizam a linguagem para perpetrar uma violência de ordem simbólica (BICALHO & DINIZ, 2009) a travestis e transexuais através da adoção do pronome que não corresponde ao gênero ao qual se identificam. Sobre os fatores que levam a esse tipo de violência, Lima (2011) elucida que

[...] no Ocidente, o conceito de gênero está colado ao de sexualidade/reprodução, o que promove uma imensa dificuldade de separar, segundo o senso comum, a problemática da identidade de gênero da de orientação sexual. (p. 169)

Jhe também relatou sobre a associação da qual faz parte, a ONG Atransparência, que lhe dá apoio e reconhecimento e promove sua inserção e engajamento político no movimento LGBTTT:

Eu morava em Fortaleza, né? Vim pra cá, pro Rio Grande do Norte, e fui acolhida pela Atransparência, e agradeço muito à minha presidente, a Rebecka de França, por ter me dado a oportunidade de estar ao lado dela. Tanto que agora, viu meu amor, eu sou secretária da juventude. (Jhe, 20 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Com isso, é possível notar a importância, para o sujeito transexual, da ocupação de espaços e movimentos sociais que fortalecem os movimentos moleculares e molares, favorecendo não apenas a sociabilização com seus pares, mas também a agregação de saberes e o empoderamento na luta por direitos sociais. Além disso, a participação em movimentos políticos possibilita a

capacidade de se reconhecerem como sujeitos de igualdade e realizarem atividades com outros grupos sociais.

Ao término da conversa, Jhe relatou suas projeções para o futuro e falou sobre a mudança pela qual o mundo precisaria passar, em sua opinião, para a melhora das condições de vida de travestis e transexuais:

Meu sonho realmente é que esse mundo mude, entendeu? Sobre o preconceito, a desigualdade... Acho isso muito importante pro futuro. Acho que só falta essa porta se abrir pra tudo se resolver. Acho muito importante. [...] Um sonho meu é ter um trabalho digno, entendeu? Ter o meu nome social... Eu sei que hoje eu posso ter, mas pra isso eu tenho que correr atrás, tenho que ser apedrejada primeiro pra conseguir o que eu quero, entendeu? (Jhe, 20 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Podemos perceber que, assim como Athenas, Jhe também tece sua linha de fuga através de um desejo de *mudança do mundo* para as pessoas transexuais, que estrutura micropoliticamente através de dispositivos como *um trabalho digno* e o reconhecimento de seu nome social.

Steven: “o homem legítimo”

Steven é um homem transexual de 18 anos que acompanhei em vários momentos de minha presença em campo, tendo nosso primeiro encontro ocorrido no espaço da I Semana de Debates da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, da qual foi um dos mediadores. Encontrei-me com ele em vários outros espaços debatendo o movimento transexual masculino da cidade, mas devido à incompatibilidade de agendas, a entrevista formal para a pesquisa precisou ser realizada à distância, através de *e-mail*.

Steven falou sobre os fatores que prioriza em sua vida, como a educação, e sobre os espaços sociais que ocupa ou cuja ocupação é-lhe negada, como o mercado de trabalho:

Eu estudo, e sempre estudei. Acredito que através da educação eu, enquanto sujeito transexual, poderei ser reconhecido e respeitado pelo gênero ao qual me reconheço. Além de que, é a educação que abre muitas portas para o mercado de trabalho. Portas essas que, pra mim, muitas vezes se fecham por eu ser transexual. (Steven, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Pode-se observar, a partir da narrativa de Steven, a priorização da educação como dispositivo de agenciamento dos processos de subjetivação e produção de subjetividade e fator crucial para a inserção em um mercado de trabalho que, muito vezes, restringe as oportunidades

de emprego para os homens transexuais. Prova disso, tanto pela palavra de Steven quanto pelo relato de outros sujeitos com os quais entrei em contato durante a pesquisa, é que muitas vezes os homens transexuais, assim como as travestis, veem-se obrigados a trabalhar ou de forma autônoma ou em segmentos de trabalho formal nos quais a imagem do trabalhador é resguardada, como o *telemarketing* (OLIVEIRA, 2015).

Além dos problemas enfrentados pelas pessoas transexuais no mercado de trabalho, Steven contou também sobre sua militância em associações de homens transexuais atuantes na cidade, como o IBRAT-RN (núcleo estadual do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade), e afirmou a importância da articulação política dos homens transexuais na busca por visibilidade perante a sociedade:

O IBRAT, que é uma rede nacional direcionada aos homens transexuais e ao leque de transmasculinidades, possibilita a discussão de políticas sociais e o controle social de tal população. Acho válida essa tarefa social, pois se não formos à luta, ninguém vai por nós. E como somos invisíveis, ninguém jamais irá nos enxergar caso continuemos calados. (Steven, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

É possível perceber que os movimentos políticos das pessoas transexuais possibilitam não apenas uma construção macropolítica do desejo de uma *mudança de mundo*, mas também uma construção micropolítica se pensarmos na autonomia que lhes é permitida em tais movimentos, que comumente inexistem no cotidiano fora dos movimentos sociais, e nas singularidades do desejo de *um outro mundo possível* conceituado por cada um dos sujeitos entrevistados.

Por fim, Steven compartilhou seus sonhos e projetos de vida, que podem ser lidos como um grande apelo a uma sociedade que estigmatiza os sujeitos transexuais e nega-lhes não somente sua identidade, mas também sua cidadania:

Quero que esse estigma saia de nós, e que pessoas *cis* (privilegiadas por isso) parem de nos reduzir a falos ambulantes, pois eu sou bem mais que uma vagina, e não me enquadrando no *ser mulher* por ter uma. Meu sonho é que as pessoas respeitem isso, e que me aceitem como homem legítimo que sou. Acho que o sonho de pessoas transexuais é ter uma vida com o básico, coisa que nos é negada desde a imposição do nosso gênero/sexo ao nascimento. (Steven, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Podemos constatar, nessa última fala de Steven, o entrelaçamento dos processos molares e moleculares de subjetivação no que diz respeito ao identificar-se como homem *versus* o *ser*

homem (REGO, 2015), da mesma forma como as mulheres transexuais também produzem esse paradoxo de identificação, existindo um não alinhamento com o gênero de nascença e uma afirmação do gênero autoidentificado.

Mariah: “a empoderada”

Mariah é uma mulher transexual de 30 anos que, assim como Steven, pude acompanhar em diversos momentos de nossa incursão em campo, estando à frente da I Semana de Debates da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, participando da Pré-Conferência de Políticas para Mulheres da Zona Leste e integrando mesas de debates acerca da visibilidade e militância transexual no município e no estado, realizadas nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) e da Universidade Potiguar (UnP).

Estudante de licenciatura do curso de Geografia do IFRN e atualmente desempregada, Mariah encontrou-se oficialmente comigo, para a entrevista, durante uma manhã no campus central da instituição, onde auxiliou na organização do estande do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade (NEGÊDI) para o III Colóquio Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP).

Encabeçando uma das ONGs de travestis e transexuais mais atuantes em Natal, a Atransparência-RN, e, por isso, estando na linha de frente do movimento de militância, ela contou inicialmente sobre a batalha diária dos sujeitos transexuais por inserção igualitária nos espaços sociais e sobre a dificuldade de conquista de direitos para essa população:

Nada é dado de graça [...]. Tudo é conseguido com lágrimas, suor, algumas vezes estresse... Às vezes conseguimos por pena, às vezes por luta, mas nada é dado de graça. (Mariah, 30 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Conforme a análise que vem sendo feita acerca do agenciamento dos processos de subjetivação, no qual se articulam diversos dispositivos, inclusive o trabalho como um dos determinantes sociais da saúde, Mariah ressaltou novamente a questão da dificuldade de empregabilidade das pessoas transexuais, destacando a transfobia presente nos espaços de trabalho. Exemplificando tal panorama, Mariah relatou uma situação na qual foi selecionada para realizar um trabalho de panfletagem ao ar livre para uma determinada empresa e, quando um dos

superiores deparou-se com uma travesti naquela função, ordenou que ela fosse dispensada do cargo, pois alegadamente poderia “manchar” o nome da organização.

Além desse acontecimento, Mariah também contou acerca de uma situação ocorrida quando a mesma candidatou-se a uma vaga de emprego no atualmente extinto Departamento de Equidade Social da Prefeitura do município, onde trabalhou durante o período de 2009 a 2012:

Na própria Prefeitura, quando eu mandei meu currículo, eu soube por terceiros que uma pessoa viu meu currículo, olhou minha foto e disse: “O quê que eu vou fazer com uma pessoa dessa aqui?”. E rasgou meu currículo. (Mariah, 30 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Já em relação à assistência das pessoas transexuais no contexto da saúde pública, Mariah colocou em relevo, mais uma vez, o desrespeito ao uso do nome social nos serviços de saúde, que acaba por gerar atritos muitas vezes desnecessários, uma vez que sua observância é oficialmente garantida em lei desde 2009⁸:

Eu vejo muito despreparo na assistência dessas pessoas (transexuais), começando pelo nome. Tudo no universo tem um nome. Uma mesa tem um nome, uma pedra tem um nome, um pedaço de pau tem um nome, um minério tem um nome, mas uma travesti não tem direito a um nome. [...] Às vezes as pessoas não querem observar o nome social e você tem que dar dois gritos, né? [...] Às vezes se não vai pela sensibilização, tem que ir pela ignorância. [...] Se as pessoas tivessem conhecimentos dessas pequenas coisas, poupariam a ignorância que a gente faz. E aí sempre classificam a gente como ignorantes, baderneiras e tal, mas não por a gente ser transexual, e sim por eles não saberem dos nossos direitos. Então a gente tem que gritar às vezes pra mostrar o direito da gente. (Mariah, 30 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Mariah destacou, também, o fato de atualmente a necessidade de realização da cirurgia de transgenitalização estar gradativamente tornando-se acessória para o reconhecimento das travestis enquanto mulheres legítimas, apontando inclusive para a inclusão dessa população nos debates relativos aos direitos das mulheres, caracterizando o advento de um movimento ainda relativamente recente, o transfeminismo⁹:

Antes era pregado pras (*sic*) meninas que: “Você só é mulher se você fizer a cirurgia.” Hoje a gente consegue provar que a gente pode ser mulher com nosso genital sem problema nenhum. Eu estou participando dos debates da Conferência da Mulher e estou conseguindo conscientizar as próprias mulheres que eu me sinto mulher mesmo com um pênis. (Mariah, 30 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Assim, pode-se constatar a partir do que é ilustrado pela fala de Mariah, que a partir do momento em que se assume uma identidade de gênero denominadamente feminina, é acarretada também toda uma série de limitações e lutas pelas quais uma mulher cisgênera atravessa, havendo um compartilhamento dos pensamentos, opiniões e representações sociais do papel da mulher na sociedade contemporânea.

Finalizando nossa entrevista, Mariah compartilhou seu sonho de ser professora e de ser reconhecida enquanto pessoa, afirmando também seu receio em relação ao seu futuro profissional, decorrente da falta de aceitação social das pessoas transexuais, e sua vontade de lutar por seu ideal almejado:

Meu sonho é poder trabalhar dignamente. Que as pessoas me vejam como pessoa, não como travesti. E mesmo que me vejam como travesti, que me vejam pelo meu potencial, né? Pelo que eu posso contribuir numa empresa, num órgão público. [...] Meu curso eu tô fazendo ele (*sic*) e, diferente das outras pessoas, eu faço ele (*sic*), mas eu não sei se eu vou estar trabalhando, porque eu não sei se vão me aceitar como eu sou. [...] Eu quero ser professora de Geografia, mas eu não sei se eu vou poder. Eu vou lutar com todas as forças pra poder. (Mariah, 30 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Lorenzo: “o determinado”

O último entrevistado, Lorenzo, tem 20 anos e atualmente trabalha em regime autônomo como fotógrafo e produtor de eventos. Nosso encontro ocorreu numa tarde em um *shopping* próximo ao campus da UFRN, no bairro de Lagoa Nova, pouco antes de seguirmos para a Pré-Conferência de Políticas para as Mulheres realizada na Zona Leste, durante a qual foi realizada a entrevista com Jhe.

Um dos organizadores do núcleo norte-riograndense do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT), sediado no município, Lorenzo relatou algumas de suas experiências de vida enquanto homem transexual e falou a respeito do processo de autodescoberta de sua identidade de gênero em uma cidade na qual essa temática ainda é desconhecida por grande parte da população:

Logo no início, era tudo muito embaraçoso. Porque hoje em dia você sabe, né... A gente não tinha lá atrás essa informação que temos hoje em dia sobre transexualidade, e eu também era muito novo. Eu me descobri transexual com sete anos de idade e fiquei sabendo aos poucos também por questão de vestimenta, visual, principalmente brincadeiras. A gente já sente aquela diferença, e eu fui me estudando aos poucos e tentando compreender como eu realmente me sentia. (Lorenzo, 20 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Nessa fala de Lorenzo, podemos compreender os processos de produção de subjetividades transexuais no que diz respeito ao que é *ser homem* ou *ser mulher* como sendo perpassados e agenciados por dispositivos culturalmente normatizados e segmentados de acordo com as categorias de gênero vigentes (tais como vestuário e brinquedos).

Além dessa fase inicial de descobertas e de autoconhecimento na infância, Lorenzo relatou também sobre o preconceito sofrido no contexto escolar durante a puberdade, advindo da própria instituição de ensino, e sobre como o espaço da escola tornou-se adoecedor para ele enquanto sujeito que não apenas se descobria, mas se afirmava como homem transexual:

Quando estava no ensino médio, sofri muito. [...] Sofri preconceito pela instituição, quase metia (*sic*) um processo. [...] Eles inventaram um ato que eu não tinha feito apenas pra me retirar da escola, então eu tive que falar com meus pais pra irem lá. [...] Acho que eu tinha uns 12 pra 13 anos. Minha mãe chamou a atenção da diretora geral da escola e ela falou que a escola não estava preparada pra receber esse tipo de demanda, de pessoas assim (transexuais). Minha mãe meio que tentou argumentar, ela é professora, e ficou horrorizada de escutar aquilo de uma educadora, porque se você quer ensinar a respeitar, você tem que respeitar. Fiquei até um pouco disfórico¹⁰, pensei em parar de estudar. (Lorenzo, 20 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

A análise dos processos de subjetivação que se configuram nos modos de existência de Lorenzo, assim como nos de Carolina e de outras pessoas transexuais, evidencia a transfobia sofrida no ambiente escolar e o despreparo dos profissionais da educação em lidar com a presença da diversidade sexual e de gênero, especialmente a transexualidade, no contexto das instituições de ensino. Lorenzo contou ter sido perseguido pela direção da escola que, por ser uma instituição de fundação religiosa e conservadora, chegou inclusive a compilar um dossiê a respeito de seu comportamento para ser entregue a seus pais, demonstrando a dimensão da vigilância que era exercida sobre ele em decorrência de sua identidade de gênero vista como desviante.

Apesar das dificuldades vivenciadas no passado, no entanto, ao final na entrevista Lorenzo conversou sobre suas projeções para o futuro, destacando metas no lugar de sonhos e pontuando três objetivos que classifica como necessários para seu bem-estar pessoal enquanto sujeito transexual, sendo eles a retificação do documento civil, a cirurgia de mastectomia e, por último, a disseminação de informações acerca da transexualidade para outros homens transexuais e para a sociedade em geral:

[...] Eu acho que minha meta mesmo é, em primeiro lugar, a aceitação do meu nome social e gênero na documentação; em segundo lugar a mastectomia, pois apesar de eu

não ter muito seio, sinto que preciso disso; e em terceiro lugar ajudar com informações os que não têm informação. (Lorenzo, 20 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Nesse trecho do discurso de Lorenzo, são transparecidos os agenciamentos que perpassam o processo de autoidentificação de homens e mulheres transexuais, que envolvem a aceitação e a visibilidade sociais (mesmo que para isso, em alguns casos, precisem passar por procedimentos agenciados por dispositivos do saber/poder médico, como as cirurgias, para que possam alinhar seus corpos às diretrizes sociais da norma de gênero que estabelecem quais caracteres são denominadamente femininos ou masculinos).

INVESTIGANDO OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE TRANSEXUAL

Para discutirmos os processos de produção de saúde na população transexual, é necessário levarmos em consideração a saúde como direito social cuja garantia é assegurada através da implantação de políticas públicas específicas e por meio da articulação de uma rede de serviços assistenciais nos níveis municipal, estadual e federal. Nesse sentido, em relação a tal garantia, o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 afirma que

a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, p. 116)

A estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), oficialmente implementado através da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, foi um dos resultados diretos desta configuração da saúde como política de Estado direcionada ao bem-estar social, estando suas diretrizes regidas pelos princípios de universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde.

O primeiro princípio preconizado pelas diretrizes desse novo sistema, a universalidade, diz respeito ao direito de todo e qualquer cidadão brasileiro, sem qualquer tipo de discriminação, ter acesso às ações e aos serviços de saúde. O segundo princípio, de equidade, está diretamente relacionado ao conceito de justiça e põe em relevo a necessidade de tratar desigualmente os desiguais na intenção de alcançar a igualdade, além de reconhecer as necessidades de populações específicas e o impacto de seus determinantes sociais de saúde. Por fim, o terceiro princípio, de integralidade, encontra-se relacionado a uma compreensão global de saúde e a um atendimento humanizado ao usuário, garantindo-lhe acesso a todas as tecnologias de cuidado.

Considerando todos esses aspectos e contemplando as narrativas dos sujeitos entrevistados, procurei traçar os principais pontos relativos aos processos de produção de saúde de pessoas transexuais presentes nos discursos coletados, visando identificar de que forma os sujeitos transexuais encontram-se ou não contemplados pelos princípios e diretrizes do SUS.

De acordo com Benevides e Passos (2005, p. 570), “falar de saúde como processo de produção é falar de uma experiência que não se reduz ao binômio queixa-conduta, já que aponta para uma multiplicidade de determinantes da saúde (...)” que podem ser definidos como fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população (ARÁN & MURTA, 2009). Nessa perspectiva, o próprio Ministério da Saúde, através da Portaria GM nº 1.707 de 18 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu o Processo Transsexualizador no âmbito do SUS, passou a reconhecer a identidade de gênero como fator determinante e condicionante da situação de saúde.

Levando em consideração esses fatores, procurei identificar os processos de produção de saúde a partir de minhas entrevistas, nas quais conversei com os sujeitos a respeito de suas experiências na utilização dos serviços públicos de assistência e sobre suas principais demandas em relação à saúde.

Dos seis sujeitos entrevistados, todos afirmaram possuir o Cartão Nacional de Saúde do SUS e relataram utilizar o serviço eventualmente em situações de emergência ou para ocasionais consultas em especialidades médicas como clínica geral, psiquiatria e endocrinologia. Em relação a esta última, no entanto, pude constatar que todos os sujeitos entrevistados, sem exceção, revelaram possuir uma importante demanda relacionada à utilização de hormônios sintéticos sem prescrição médica. Quando perguntados sobre os motivos da automedicação, todos relataram ocasiões em que médicos da rede pública negaram-lhes orientação em relação ao processo de hormonização, repreendendo-lhes, ou alegaram não possuir conhecimentos suficientes para tal procedimento:

Uma vez eu fui em um clínico geral e ele começou a dar bronca em mim dizendo: “Quem foi que mandou você tomar isso?” Eu falei que foi uma recomendação de uma amiga pra mim e ele falou: “Você é muito nova.” Nessa época eu tinha 16 anos ainda, e depois disso ele me encaminhou pra um endócrino. Fui pra um posto de saúde e falaram que eu iria marcar a consulta pra em agosto ser atendida, e nisso estávamos no mês de janeiro. Eu pensei: “Não vou ficar esse tempo todo sem tomar meus hormônios, não.” Então eu desisti de procurar o SUS porque realmente acho horrível. Não tem assistência, não tem uma base e a até os endócrinos não são informados. Eles dizem: “Eu não entendo seu caso!”, “Seu organismo não é assim!” Somos consideradas como uma doença patológica (*sic*) que é o transtorno de gênero. (Carolina, 18 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Eu consigo (os hormônios) por mim mesma. Eu não tenho acompanhamento sistemático e organizado porque eu já fui pra quatro médicos e eles olharam pra minha cara e falaram assim: “Eu não sei hormonizar e eu não vou hormonizar.” E aí me deixaram tomando hormônio sozinha. Então eu vou na farmácia e compro os meus hormônios. É errado? É errado. Mas ninguém quer me hormonizar. Aí você acha que eu vou ficar me olhando no espelho, vendo uma aparência masculina, morrendo com isso, pensando em me suicidar, cortar meus pulsos, por causa de médicos que não querem, por má vontade... Você percebe que é má vontade. (Athenas, 24 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Tais narrativas apontam para a possibilidade de graves consequências à saúde de travestis e transexuais, uma vez que a autoadministração de hormônios é o principal meio ao qual essa população recorre para a transformação corporal de caracteres sexuais secundários, como o aumento do volume das mamas no caso das transexuais femininas (mulheres transexuais) e o adensamento dos pelos corporais nos transexuais masculinos (homens transexuais).

De forma geral, as transexuais femininas relataram o uso associado de compostos estrógenos e antiandrógenos, enquanto os transexuais masculinos relataram o uso isolado de compostos andrógenos, embora estes também possam ser associados a compostos antiestrógenos para otimização dos efeitos corpóreos desejados. Dentre os diversos medicamentos citados pelos sujeitos durante as entrevistas, alguns podem ser facilmente encontrados em farmácias sem a exigência de prescrição médica, como pílulas anticoncepcionais e substâncias como a finasterida (comumente utilizada no tratamento da calvície e do câncer de próstata), ao passo que outros, como os esteróides andrógenos anabolizantes, somente são comprados sem receita médica de forma clandestina.

O uso indiscriminado dessas substâncias sem dosagem apropriada e sem acompanhamento endocrinológico, portanto, pode acarretar sérias sequelas hepáticas, renais ou cardiovasculares a longo prazo, conforme o próprio discurso dos sujeitos entrevistados, que se mostram preocupados com os riscos em que colocam sua própria saúde em decorrência da falta de orientação médica adequada:

Minha tia vai procurar uma clínica particular, pois isso (hormônios) mexe com minha saúde. Querendo ou não mexe com o meu organismo e eu não sei como estão as coisas dentro de mim. Porque por fora está tudo bem, mas e por dentro? Meu fígado, meus rins... (Carolina, 18 anos, entrevista, Natal/RN).

Faz muito tempo que eu não vou ao médico. Pra não dizer que eu não fui, eu fui ano passado a um infectologista. [...] Eu falei com ele que eu tomo hormônio desde os 17 anos sem nenhum tipo de acompanhamento. [...] Eu falei que tava fazendo uso dos hormônios e estava me sentindo mal. Tava com a respiração ofegante, tava sentindo o

sangue correr mais rápido nas veias. E ele me alertou que poderia ser início de trombose, ou AVC, ou coisa pior, né? Aí ele me passou alguns exames [...]. E aí eu fiz os exames e minha taxa de estradiol estava 400% a mais do que o limite. [...] E ele falou que isso podia estar interferindo, realmente. (Mariah, 30 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Um dos quesitos que contribuem para esse quadro, além do despreparo dos profissionais da saúde em lidar com as demandas da população transexual (MORAES, 2014), é o fato de atualmente o procedimento de hormonioterapia para transexuais estar diretamente vinculado ao processo de readequação genital cirúrgica e ao acompanhamento psicoterápico concomitante por no mínimo dois anos, o que implica que apenas os sujeitos transexuais que desejam a transgenitalização têm eventual acesso ao acompanhamento endocrinológico para utilização dos hormônios. Tal protocolo, decorrente da patologização da transexualidade e consequente necessidade de um psicodiagnóstico para candidatura ao processo transexualizador pelo SUS, acaba por privar travestis e outros sujeitos transexuais, que não desejam necessariamente redesignar seus órgãos genitais, do acesso a um tratamento hormonal adequado com vistas à redução de danos.

Levando em consideração todas essas questões e demandas transparecidas nos discursos coletados, pudemos observar uma fragilidade do vínculo de travestis e transexuais ao Sistema Único de Saúde, evidenciada pela baixa utilização do serviço decorrente não apenas do frequente não atendimento de suas demandas, mas também de situações de constrangimento geradas pelo desconhecimento dos profissionais em relação a direitos já conquistados pela população transexual:

[...] Sabe por que eu não vou (aos serviços de saúde)? Porque quando chego lá, é a novela de ter que explicar que sou transexual. Uma coisa que não deveria ser minha. Isso é outra falha da rede pública. Esses profissionais não são capacitados, eles não são reatualizados. Aí eu, que sou a usuária, tenho que saber as leis todas e explicar pra você. E assim... Você olhando pra minha cara e achando que é mentira, sabe? Às vezes você tem que chegar e esfregar uma Portaria na cara da pessoa e dizer assim: “Olha, é uma Portaria! [...] Tá aqui: toda travesti e transexual tem direito ao nome social.” [...] Então meu vínculo (com o SUS) acaba sendo frágil por causa dessas dificuldades que eu tenho. (Athenas, 24 anos, entrevista, 2015, Natal/RN).

Em razão desses entraves, uma das principais pautas colocadas pela população transexual, não só nas entrevistas, mas principalmente nos movimentos sociais, é a criação de um Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (ambulatório TT), com equipe multidisciplinar especializada, como parte de uma política pública que contemple efetivamente as especificidades de atenção à saúde dessa população:

A gente luta bastante aqui no Rio Grande do Norte pelo ambulatório. [...] Porque se você chegar no endócrino e pedir pra ele ver minhas taxas, a primeira coisa que ele vai dizer é que ele não trabalha com nossa população, ele não entende. Ele não foi ensinado na academia a lidar conosco, então esse já é o principal bloqueio que a gente tem no acesso dos serviços públicos. (Mariah, 30 anos, entrevista, Natal/RN).

Os discursos dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa acabaram evidenciando, portanto, que nenhuma das diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde está sendo cumprida eficientemente no que concerne às pessoas travestis e transexuais, ou seja, se suas premissas básicas deixam de contemplar parte da população, os princípios de universalidade, equidade e integralidade não estão sendo efetivados de maneira plena.

SOBRE ETNOGRAFAR TRANSPARÊNCIAS...

Como afirmado inicialmente, a abertura para afetos e encontros nos espaços de constituição, mobilização e discussão das subjetividades transexuais ocorreu de forma a integrar-me de maneira completa ao campo de pesquisa. Em meu primeiro encontro com Carolina, por exemplo, pude acompanhá-la em um momento de seu cotidiano para etnografar as sensibilidades envolvidas no processo de compra das substâncias que usa rotineiramente, entrando em contato com as emoções e ansiedades presentes no simples ato de posicionar-se diante de um balcão de farmácia. Embora para a maioria das pessoas seja esse um ato banal, para Carolina a experiência encontrava-se atravessada por diversas afetações que dizem respeito, por exemplo, aos olhares do balconista e das pessoas próximas, que poderiam conter traços de estranhamento ou julgamento. Nesse sentido, a compra dos hormônios transformava-se em um ritual perpassado pela vulnerabilidade, no qual Carolina expunha-se momentaneamente na busca dos fármacos que subsidiam a constituição de sua identidade corporal.

No curso de meu acompanhamento em campo pude presenciar, também, momentos em que olhares de julgamento e zombaria foram direcionados por um grupo de homens à Mariah e às meninas de sua ONG, a Atransparência, numa ocasião em que me encontrei com elas no centro da cidade. Naquele momento, enquanto as meninas preenchiam fichas de inscrição para a I Conferência LGBT de Natal em uma parada de ônibus em frente à Prefeitura, escutei risos maliciosos ao nosso redor enquanto as meninas conversavam descontraidamente, parecendo não dar importância àquele fato. Os olhares continuaram também, no ônibus, quando logo após segui

com elas para um debate sobre diversidade de gênero em outra região da cidade. Enquanto Mariah conversava animadamente a respeito de uma mochila cor-de-rosa que acabara de comprar para uma viagem de campo do seu curso de Geografia, uma senhora disparava olhares em nossa direção e balançava a cabeça em desaprovação, lançando olhares para outros passageiros ao redor como que em busca de confirmação de que seu julgamento silencioso fosse compartilhado por outras pessoas.

Já em meu contato com Jhe, em um intervalo da Pré-Conferência de Políticas para Mulheres realizada na Zona Leste, pude sentir a emoção em suas palavras em uma conversa informal na qual ela falou sobre a invisibilidade que sente quando ninguém se senta ao seu lado no transporte público e sobre como é ridicularizada por outras pessoas, inclusive pessoas transexuais, quando algum mínimo sinal dos processos de semiotização agenciados como masculinidade (como a saliência corporal popularmente conhecida como “pomo-de-adão”) desponta em seu corpo, revelando o duro padrão ao qual se vê compelida a moldar-se para legitimar-se enquanto mulher. A dor diária e solitária de Jhe aponta, portanto, para o sofrimento ético-político das pessoas transexuais, inclusive denunciando que por trás das mulheres empoderadas e engajadas em movimentos sociais e na militância política LGBTTT, há também mulheres cuja humanidade é ferida e cujos direitos são rotineiramente violados.

Em outro momento, após um debate sobre a população transexual em um dos campi do IFRN, acompanhado de Mariah, Jhe e Steven, presenciei a realização de um sarau organizado pelos alunos de ensino médio da instituição, no qual Steven declamou um poema intitulado *Abrço Sem Camisa*, de autoria de Regina Azevedo. Nos versos, o eu-lírico do poema narrava uma história em que um casal experimenta o prazer de um abraço e, a cada palavra declamada por Steven, senti a emoção causada pelo simbolismo contido no poema. Naquele instante, todos os desejos e angústias dos homens transexuais em seu processo de legitimação de seus corpos encontravam-se sintetizados no singelo gesto descrito pelo poema: um simples “abraço sem camisa”.

Enfim, em vários momentos da pesquisa deparei-me com o despertar de afetações que me mobilizaram não só como pesquisador, mas como ser humanos em contato com outros seres humanos. Além dos seis sujeitos entrevistados, tive a oportunidade de entrar em contato com vários outros sujeitos transexuais não citados neste artigo, presentes ou não no movimento de militância da cidade, que contribuíram direta e indiretamente para a composição da etnografia através de conversas, relatos e pontos de vistas acerca da experiência e das subjetividades

transexuais. Dessa forma, pude vislumbrar os sujeitos transexuais em sua *transparência* não apenas no sentido de sua invisibilidade social, mas no sentido de sua produção de modos de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas observações, escutas e análises realizadas ao longo desta pesquisa, foi possível mapear as subjetividades transexuais em suas singularidades e contemplese seus modos de relação com o tecido social e com o sistema de saúde, identificado de que forma os sujeitos transexuais são direta ou simbolicamente excluídos dos processos e instituições sociais.

Longe de pretender abarcar a ampla diversidade da experiência transexual, entretanto, meu intuito como etnógrafo foi o de investigar e vislumbrar minimamente a dinâmica dos processos de subjetivação e produção de saúde dos sujeitos transexual, apontando paralelamente para o ainda persistente desacolhimento dessa população pelas políticas públicas, muito embora alguns avanços já tenham sido conquistados no que tange à conquista de direitos como a legitimização do uso do nome social e a instituição do Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. Esses avanços, no entanto, não representam a totalidade das demandas dos indivíduos transexuais, uma vez que os determinantes sociais dessa população apontam para problemáticas muito mais amplas e profundas, relacionadas ao desamparo social vivenciado por travestis e transexuais.

Dessa forma, enfim, o processo etnográfico teve a finalidade de trazer à luz, em toda sua *transparência*, as vidas de sujeitos que frequentemente não são ouvidos ou sequer vistos pela sociedade, expondo não apenas suas queixas e violações cotidianas, mas também, e acima de tudo, sua humanidade, sua igualdade e sua perseverança diária em busca de visibilidade e existência.

NOTAS

1. Os pseudônimos e adjetivações apresentados nos títulos das subseções deste artigo foram escolhidos e definidos pelos próprios sujeitos entrevistados.
2. Butler (2008) conceitua a transfobia como uma série de processos de exclusão e/ou violência direcionados àqueles e àqueles que não regulam suas expressões existenciais de gênero e seus modos de subjetivação às normas de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais.

3. Retomo, aqui, o que Bento (2011) afirma sobre a evasão escolar de pessoas transexuais, caracterizando esse processo mais como um ato exclusório do que voluntário.
4. Segundo Bento (2014), “o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população transexual no Brasil, motivada pelo ódio e nojo.” (BENTO, 2014, p. 1).
5. Segundo estimativas da ONG *International Transgender Europe*.
6. De acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), aproximadamente 90% das travestis e transexuais do Brasil encontram-se na prostituição.
7. Segundo Gomes de Jesus (2012), cisgênero é um “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.” (p. 14).
8. A Portaria 1.820 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009a), publicada em 13 de agosto de 2009, garante a qualquer usuário a utilização do nome social independentemente do nome constante no registro civil, sendo assegurado o uso do nome de sua preferência (Art. 4º, parágrafo único, inc. I).
9. De acordo com Gomes de Jesus (2014), “o transfeminismo é uma categoria do feminismo em construção, a qual emerge como resposta teórica e política à falha do feminismo de base essencialista, comumente biológica, em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos.” (p. 243).
10. Segundo Dalgalarondo (2008), disforia é uma alteração do humor acompanhada de uma sensação subjetiva desagradável, como irritabilidade, amargura, desgosto, ansiedade ou inquietação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 4th ed. Washington, DC: APA, 1995.

_____. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5th ed. Washington, DC: APA, 2013.

ARÁN, Márcia.; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ARÁN, Márcia.; MURTA, Daniela.; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1.141-1.149, 2009.

BENEVIDES, Regina.; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, set. 2005.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



_____. Brasil: o país transfeminicídio. **Revista Fórum**. jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/brasil-o-pais-transexualfeminicidio>. Acesso em: 15/08/2015.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.19, n.2, p. 549-559, 2011.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.20, n.2, p. 559-568, 2012.

BICALHO, Renata de Almeida.; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Violência e homossexualidade: um estudo em capitais brasileiras. In: **Anais... EnANPAD**, Rio de Janeiro – 22 a 26 de setembro de 2012.

BRASIL. **Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB**. Brasília, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 de agosto de 2008.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820/GM, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre a os direitos e deveres dos usuários de saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 ago. 2009a, Seção 1, p. 80.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), 2009b.

_____. **Plano Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; BENVENUTO, Fernanda Moreira. Do *bullying* ao transexual no seio familiar como violência velada: uma afronta à dignidade da pessoa humana. In: MEZZARROBA, O. et al. **Biodireito**. Curitiba: Clássica, 2014, p. 116-140.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia: vol.1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia: vol.3**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

FERREIRA NETO, João Leite.; KIND, Luciana. Promoção da saúde: uma discussão teórico-metodológica a partir de Foucault. In: LIMA, Elizabeth Araújo; FERREIRA NETO, João Leite.; ARAGON, Luiz Eduardo (Orgs.). **Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos**. Curitiba: Editora CRV, 2010. p. 43-60.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Subjetividade e História. In: **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 33-148.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. Género sem essencialismo: feminismo transgénero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**. Bogotá, n. 78, dez. 2014, p. 241-258.

_____. **Orientações sobre a população transgénero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

LEITE JÚNIOR, Jáder. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

LIMA, Rita de Lourdes de. Diversidade, identidade de género e religião: algumas reflexões. **Em Pauta**. 2011, n. 28, p. 165-182.

MORAES, Antonia Nathalia Duarte de. **Travestis na atenção primária: o cuidado em saúde na cidade de Natal**. Diss. (mestrado). PPGPSI, UFRN, 2014.

OLIVEIRA, Tibério Lima. **“Meu corpo, um campo de batalha”: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise de capital**. Diss. (mestrado). PPGSS, UFRN, 2015.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do. **Viver e esperar viver: corpo e identidade de género na transição de género de homens trans**. Diss. (mestrado). PPGAS, UFRN, 2015

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 97-118.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes. Transexualidade e discriminação no mercado de trabalho. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 17, n. 3301, 15 jul. 2012.

VASCONCELLOS, Luciana Teixeira de. **Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho...** 2014. Trabalho apresentado no X Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 2014.

ZAMBRANO, Elizabeth. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, Gustavo.; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 97-107.